



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 014/2022 SESI-DR/TO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2022 SESI-DR/TO

SEGUNDA CHAMADA

Regido pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, e com observância às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Tipo: Menor Preço Global

Modo de Disputa: Aberto

Objeto: Contratação na forma de Registro de Preços de empresa especializada no fornecimento e prestação de serviços de manutenção com o fornecimento de peças e calibração de equipamentos de segurança e Saúde no Trabalho do Sesi-DR/TO suas Unidades Operacionais.

SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES

Data: 16/11/2022

Horário: 16h (Horário de Brasília)

Pregoeira: Kellyane Resplandes dos Santos

Site: www.licitacoes-e.com.br.

RETIRADA DO EDITAL

O edital deverá ser retirado através da página www.licitacoes-e.com.br ou www.sesi-to.com.br. Mais informações através dos fones (63) 3229 5742, ou na sede do Sesi-TO situado na Quadra ACSE 01, Rua de Pedestre, SE 03, Nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP.: 77020-016.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

AVISO IMPORTANTE

Conforme Acórdão TCU nº 754/2015 – Plenário, o Sesi-Tocantins autuará processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados abaixo, em observância ao Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, consoante segue:

- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Sesi, pelo período de até 02 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

Recomendamos que os interessados em participar do certame leiam atentamente todas as exigências habilitatórias contidas no Edital e seus anexos, verificando se dispõem dos documentos exigidos.

E, ainda, que sejam observadas todas as características do objeto licitado para, assim, evitar propostas com valores inexequíveis, pois não será aceito pedido de desistência após o início da sessão do pregão.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 SESI-DR/TO SEGUNDA CHAMADA

Modalidade:	Pregão Eletrônico
Tipo de licitação:	Menor Preço
Data da realização:	16/11/2022
Horário previsto para abertura da sessão:	16h (Horário de Brasília - DF)
Modo de Disputa:	Aberto

O **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO TOCANTINS**, adiante designado simplesmente **SESI-DR/TO**, com sede na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, Nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP.:77020-016, está promovendo Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, através do site www.licitacoes-e.com.br, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do SESI, e com observância às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

01. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão será realizado na forma eletrônica, em sessão pública à distância, por meio de internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

1.2 O Sistema Eletrônico a ser utilizado no presente Pregão é o do Banco do Brasil S.A, denominado Licitações-e, constante na página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira do SESI-TO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A. (www.licitacoes-e.com.br).

1.4 Serão observadas as datas e horários especificados abaixo para os procedimentos referentes à Licitação.

1.5 Observando o prazo legal, a Proponente poderá formular consultas através do e-mail cpl@sistemafieto.com.br, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para encaminhamento da Proposta de Preço, informando o número e objeto da Licitação.

1.6 Encaminhamento das Propostas de Preços: até às 09h do dia 16/11/2022.

1.7 Abertura da Sessão Pública: às 16h00 do dia 16/11/2022.

1.8 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

02. DO OBJETO



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

2.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção com o fornecimento de peças e calibração de equipamentos de segurança e saúde no trabalho do Sesi-DR/TO e suas Unidades Operacionais, conforme especificações relacionadas neste Edital e seus Anexos.

2.2. Este Edital é composto dos seguintes anexos:

2.2.1. Termo de Referência - Anexo I;

2.2.2. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo e Inexistência de Menores - Anexo II;

2.2.3. Declaração de Relação de Parentesco – Anexo III;

2.2.4. Ata de Registro de Preço – Anexo IV;

2.2.5. Modelo de Proposta de Preço – Anexo V;

2.2.6. Questionário de Due Diligence – Anexo VI;

2.2.7. Termo de Compromisso de Terceiros – Anexo VII.

03. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do **ramo pertinente ao objeto desta licitação**, que atendam às exigências e condições estabelecidas neste edital, exceto consórcio.

3.2. Não poderá participar direta ou indiretamente da presente licitação a empresa que:

3.2.1. Vencedora em licitação anterior esteja em atraso na entrega, total ou parcial, do objeto que lhe foi adjudicado, bem como aquela que, adjudicada nos últimos dois anos, não tenha cumprido o contrato/ata de registro de preços, independente de qualquer modalidade de aquisição/serviço ou de qualquer outra penalidade que lhe tenha sido aplicada pelo Sesi;

3.2.2. Pessoa jurídica cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, sejam dirigentes ou empregados do Sesi;

3.2.3. Apresente-se na forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.4. Que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com o Sesi, enquanto perdurarem os motivos da punição;

3.2.5. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.2.6. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão Eletrônico;

3.2.7. Pessoa jurídica em processo de recuperação judicial ou em processo falimentar;

3.2.8. Pessoa jurídica declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.443/1992;

3.2.9. Empresas que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas pelos órgãos TCU, CNJ, Portal da Transparência CEIS e CNEP, obtida através do site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

3.2.10. As empresas enquadradas no critério bandeira vermelha – conforme Tabela 1 - da Política de Due Diligence de Integridade do Sistema FIETO, estarão **IMPEDIDAS** de participar do presente processo licitatório, consoante segue:

Bandeira Vermelha	<ul style="list-style-type: none">• Empresas e/ou sócios com condenações com trânsito em julgado, nos últimos 05 anos, relacionadas a processos de corrupção, fraude à licitação, improbidade administrativa ou lavagem de dinheiro;• Empresas e/ou sócios com restrições nos cadastros CEIS, CEPIM, CNEP.
--------------------------	---

4. CONEXÃO COM O SISTEMA

4.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para o início da Sessão Pública através do site www.licitacoes-e.com.br.

4.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-à por meio da conexão do fornecedor ao Sistema Eletrônico, mediante a inserção da senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preço, exclusivamente por meio do referido sistema.

4.3. O fornecedor assume como firmes e verdadeiros a proposta apresentada e os lances.

4.4. Até o encerramento do acolhimento das propostas os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.6. No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o sistema estiver acessível aos fornecedores, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

4.7. Quando a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa pelo sistema e reiniciada somente após a comunicação aos fornecedores, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

4.8. A Pregoeira irá analisar e decidir, acerca da possibilidade de manter o pregão suspenso, caso verifique transtornos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.

05. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

5.2. As Licitantes deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização do Pregão.

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por representante.

5.4. O credenciamento da Licitante junto ao sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica e jurídica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.5. Caso ocorra falha no provedor de internet das proponentes, o Sesi – Tocantins não se responsabilizará.

06. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 O critério de julgamento do pregão será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sendo que para a obtenção da Proposta de Preço mais vantajosa o julgamento far-se-á vinculado ao atendimento das exigências contidas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos.

6.2. Encerrada a etapa de lances a Pregoeira examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

6.3. Se a proposta de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

07. DA PROPOSTA

7.1. A Licitante deverá encaminhar sua **PROPOSTA DE PREÇO EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO** www.licitacoes-e.com.br.

7.1.1. A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte da proponente, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.1.2. A **PROPOSTA DE PREÇO** a ser **ENCAMINHADA ELETRONICAMENTE** em **ANEXO** por meio da plataforma www.licitacoes-e.com.br deverá conter a **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**, bem como, **QUANTIDADE, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL** conforme previsto neste edital – MODELO DE PROPOSTA, até o horário limite para encaminhamento das propostas, sob pena de desclassificação.

7.2. A proposta registrada no campo próprio do “Sistema” deverá conter a indicação do **VALOR TOTAL**, **sob pena de desclassificação**.

7.3. A especificação do objeto registrado em campo próprio do “Sistema Licitacoes-e” não deverá conter a identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na especificação do objeto registrado no campo próprio do sistema, esta será desclassificada pela Pregoeira.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

7.4. No valor constante da Proposta de Preço já devem estar incluídos: mão-de-obra, salários, ferramentas, transportes, carga, frente, descarga, entrega, seguros, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, lucros e demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto deste Edital.

7.5. A classificação de apenas uma proposta não inviabilizará a realização da fase de lances no sistema.

7.6. A proposta de preço deverá ser encaminhada **até às 09h do dia 16/11/2022.**

7.7. O preço cotado deverá estar expresso em moeda nacional, por valores fixos e irremovíveis, nele embutidos os tributos municipais, estaduais e federais, taxas, emolumentos e demais encargos incidentes, inclusive a utilização de transporte/frete necessário ao alcance da realização do objeto do certame.

7.8. A Proposta de preço terá prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de abertura da Sessão Pública.

7.9. A Proposta deverá apresentar preços correntes no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.

7.10. A Licitante apenas poderá desistir da Proposta ou alterar seu conteúdo até a data e hora de "Limite acolhimento de Propostas", ou seja, até às **09h do dia 16/11/2022.**

7.11. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a proponente:

- a) Examinou e tem pleno conhecimento de todos os documentos que instruem este edital;
- b) Aceita as cláusulas e condições deste Edital, bem como eventuais retificações, esclarecimentos ou outros atos complementares ao edital;
- c) Tem plena condições e compromete-se a fornecer o objeto deste Edital pelo valor e prazo constantes de sua proposta.

7.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidade ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou o regular andamento da futura contratação.

7.13. A licitante enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida lei.

7.14. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

7.15. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada, somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento da fase de lances.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. O licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.18. Caso julgue necessário, a Pregoeira submeterá a documentação relativa à proposta, apresentada pelos participantes a uma equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos ofertados.

7.19. É facultado à Pregoeira realizar diligências para sanar falhas formais da proposta a exemplo de: erros numéricos, erros de cálculo, divergência entre preços unitários, subtotais e final.

7.20. A PROPOSTA DE PREÇO COM A DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, INCLUSIVE QUANTIDADE, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL, OBRIGATORIAMENTE DEVE SER ENVIADO/ANEXADA VIA PLATAFORMA WWW.LICITACOES-E.COM.BR, ATÉ A DATA E HORÁRIO PREVISTA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

08. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. Ultrapassada a fase de lances, a Pregoeira determinará ao proponente classificado em 1º lugar, o envio dos documentos relativos à **HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO REALINHADA**.

8.2. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser encaminhados em ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA juntamente com a PROPOSTA DE PREÇO REALINHADA (preenchida, datada e assinada), contendo as exigências deste edital, devidamente atualizada com o último lance.

8.3. Os documentos de habilitação e proposta de preço realinhada, **deverão ser entregues no prazo de até 02 (dois) dias úteis**, a contar da solicitação da Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

8.4. Os documentos poderão ser encaminhados por e-mail (com autenticação digital por cartório competente), e a proposta de preço com assinatura eletrônica/digital através do e-mail cpl@sistemafieto.com.br ou entregues no seguinte endereço:

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI-DR/TO
A/C: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2022 SESI-DR/TO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 SESI-DR/TO
Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, Nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO.
CEP.: 77020-016. Fone: (63) 3229 5742.

8.5. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará a desclassificação/inabilitação da proponente.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

09. FASE COMPETITIVA

9.1 A partir do horário previsto no preâmbulo do edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas recebidas. O sistema ordenará as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.2 A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos neste edital. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9.3. Os lances serão ofertados pelo VALOR GLOBAL.

9.4. A abertura e fechamento da fase de lances “via internet”, será feita pela Pregoeira.

9.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, e também lances cujos valores forem superiores ao último lance do concorrente que tenha sido anteriormente registrado na Plataforma Eletrônica – LANCE INTERMEDIÁRIO.

9.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser igual a R\$10,00 (dez reais) (artigo 31, parágrafo único do Decreto 10.024/2019).

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

9.9. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

9.10. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site www.licitacoes-e.com.br.

9.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

9.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.17. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, a pregoeira poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

9.18. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do lote.

9.19. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

9.20. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão da licitante, na etapa de lances e na manutenção do último preço, por ela apresentada, para efeito de ordenação das propostas de preços.

9.21. Após encerrada a fase de lances, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, as quais declararão, em campo próprio do sistema, ao inserir suas propostas de preços serão convocadas através do próprio sistema, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar nº147/2014.

9.22. Após etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

10. DO BENEFÍCIO ÀS ME/EPP

10.1. Uma vez encerrada a etapa de lances o sistema identificará de forma automática as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123 de 2006.

10.2. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

10.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação para tanto.

10.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7. O disposto no item 10.1 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.9. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Superada a etapa de desempate, a pregoeira poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

11.2. A entidade licitante não aceitará e não adjudicará o lote cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

11.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores com no máximo 02 (duas) casas decimais.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

12.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço estimado.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

12.3. Se a proposta de preço não for aceitável, a pregoeira examinará a proposta de preço subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preço que atenda ao Edital.

12.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

12.5. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

12.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do produto/material ofertado, tais como marca, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes a proposta de preços, ou outro que a pregoeira achar necessário, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio nos prazos indicados pela Pregoeira, o não atendimento pode resultar a não aceitação da proposta.

12.8. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que:

- a) contenha vício insanável ou ilegalidade;
- b) não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- c) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- d) quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, quando solicitado pela Pregoeira.

12.9. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

12.11. Atendidas as especificações do edital, estando habilitada a licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a Pregoeira declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) item (ns).

12.12. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará se existe eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas pelos órgãos TCU, CNJ, Portal da Transparência CEIS e CNEP, obtida através do site <https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

13.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.2.1. Registro comercial, no caso de Empresa Individual ou Requerimento de empresário no caso de MEI, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

13.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores em exercício.

13.2.3. Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

13.2.4. As microempresas ou empresas de pequeno porte que deseja usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar **Certidão expedida pela Junta Comercial** comprovando inscrição no caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e/ou **Certificado de Microempreendedor Individual** disponível no portal na internet, no caso de MEI, para fins de aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014, expedidas até 60 (sessenta) dias antes da data de realização deste pregão.

13.2.5. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição da República, inciso V, artigo 27 da Lei nº 8.666/93 (conforme modelo Anexo II);

13.2.6. Declaração de Parentesco (conforme modelo Anexo III).

13.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

13.3.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

13.3.2. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Positiva com efeitos de Negativa;

13.3.3. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais ou Positiva com efeitos de Negativa, da sede da Licitante;

13.3.4. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais ou Positiva com efeitos de Negativa, da sede da Licitante;

13.3.5. Certificado de Regularidade de situação do FGTS (CRF);

13.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com Efeitos de Negativa.

13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.4.1. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **apresentado em papel timbrado do emitente** que comprove ter a licitante fornecido de maneira satisfatória, objeto similar com o desta licitação, **em original ou cópia autenticada**. O atestado deverá ser datado, assinado e deverá conter informações que permitam a identificação correta do contratante e do fornecedor, tais como:

- a) Nome, CNPJ e endereço do emitente do atestado;
- b) Nome, CNPJ e endereço da empresa que prestou o serviço ao emitente; e
- c) Identificação do signatário (nome, cargo ou função que exerce junto à emitente).

13.4.2. Apresentar Questionário de Due Diligence de Fornecedores do Sistema FIETO, respondido, disponível através do link <https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM>, consoante modelo previsto no Anexo VI, sob pena de inabilitação.

13.4.3. Apresentar Termo de Compromisso de Terceiros, consoante modelo previsto no Anexo VII, sob pena de inabilitação.

13.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.5.1. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor **da sede da pessoa jurídica**.

13.6. OBSERVAÇÕES QUANTO À DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA FASE DE HABILITAÇÃO:

13.6.1. Toda a documentação apresentada deverá estar com vigência plena. Documentos com prazo de validade omissa serão aceitos apenas se expedidos até 60 (sessenta) dias antes da data da Sessão Pública. O prazo de validade não se aplica ao Cartão de CNPJ.

13.6.2. Os documentos deverão ser apresentados no original ou em fotocópias legíveis e autenticadas por cartório competente.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

13.6.3. Serão aceitos documentos assinados digitalmente através da estrutura de chave pública, juntamente com a declaração de serviço de autenticação digital ou documento correlato, lembrando que estes devem possibilitar a Comissão de Licitação, a realizar sua verificação de autenticidade.

13.6.4. Os documentos apresentados, especialmente os extraídos pela internet, serão diligenciados **para verificação de sua validade** pela Comissão de Licitação, junto aos órgãos expedidores.

13.6.5. O ramo de atividade da LICITANTE, constante dos seus atos constitutivos ou de outros Documentos de Habilitação, deverá ser compatível ao objeto desta Licitação.

13.6.6. Em se tratando a Licitante de filial, os Documentos de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, sejam emitidos somente em nome da matriz.

13.7. O não preenchimento do “Questionário de Due Diligence de Fornecedores do Sistema FIETO” pelo licitante acarretará a **INABILITAÇÃO** do licitante declarado vencedor.

13.8. A empresa que não apresentar a documentação exigida neste edital, será inabilitada.

14. DAS PENALIDADES

14.1. A desistência formulada por qualquer das licitantes após a abertura das propostas sujeitar-lhe-á ao pagamento de multa equivalente a até 10% (dez por cento) do valor de sua proposta escrita, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

14.2. A multa será descontada dos pagamentos a que a licitante vencedora fizer jus ou recolhida diretamente a tesouraria do Sesi-TO, no prazo máximo de 15 dias corridos, contados da data de sua comunicação, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.3. Pela inexecução total ou parcial da ata de registro de preços o Sesi-TO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Rescisão;
- d) Suspensão do direito de licitar com o Sesi por período de até 02 (dois) anos.

14.4. O atraso no prazo da entrega do objeto implicará, a cada ocorrência, multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do pedido de compras/contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) desse valor.

14.5. Na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 20 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, sendo que após o 20º dia de atraso, o Sesi terá direito de recusar a execução ou entrega da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicada a perda de interesse no



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

14.6. Ocorrido à rescisão por motivo retrocitado, o contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação com fulcro no art. 9º XVII do RLC do Sesi, observando a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados.

14.7. Quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas, por ocasião dos pagamentos devidos ao Contratado, nos termos dos artigos 368 e 380 do Código Civil.

14.8. Na imposição de compensação, nos termos do item anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela contratante, ou, ainda sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a contratada será notificada a recolher a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10(dez) dias, contados da data do recebimento, pela contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis ou cobradas judicialmente.

14.9. Serão considerados injustificados os atrasos **não comunicados tempestivamente** e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

14.10. Sempre que não houver prejuízo para o contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, ao seu critério.

14.11. Caso a contratada descumpra as cláusulas desse instrumento poderá ser suspenso o direito de licitar com o Sesi por até dois anos.

14.12. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

15. DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES

15.1. A suspensão de participação em licitação e de contratar com o Sesi, poderá ser também aplicada àqueles que:

15.1.1. Retardarem a execução do Pregão Eletrônico;

15.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com o Sesi;

15.1.3. Apresentarem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

16. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

16.1. O Sesi-DR/TO, por despacho da Superintendente do Sesi-TO, observadas as razões de conveniência e oportunidade devidamente justificadas, poderá anular ou revogar a qualquer momento a presente licitação, dando ciência aos interessados, antes da assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

17. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSO

17.1. No prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer interessado poderá enviar à Comissão de Licitação **pedido de**



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

esclarecimentos referente ao Processo Licitatório, por meio eletrônico, através do e-mail cpl@sistemafieto.com.br.

17.2. No prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa **poderá impugnar o ato convocatório do Pregão**, via e-mail cpl@sistemafieto.com.br em documento de formato PDF, devidamente datado e assinado, até às 18h00, ou via correio (endereço Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, Nº 34-A, plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP.: 77.020-016).

17.3. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clikando no botão ENTRAR C/ RECURSO), manifestar sua intenção de recorrer.

17.4. A Pregoeira assegurará o prazo de 24 horas, para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.

17.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 02 (dois) dias para apresentar as razões recursais através do e-mail cpl@sistemafieto.com.br em documento de formato PDF, devidamente datado e assinado, até às 18h00, ou via correio (endereço Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 03, Nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP.: 77.020-016), ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros dois dias.

17.6. A manifestação de interposição do recurso, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema licitações-e), devendo o licitante observar as datas registradas.

17.7. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela pregoeira ao vencedor.

17.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. A decisão da pregoeira a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

17.11. A decisão da pregoeira e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela pregoeira.

17.12. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

17.13. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

17.14. Não serão aceitos recursos com intuito meramente protelatório, nem pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos fora do prazo. Os recursos terão efeito suspensivo.

17.15. Os Recursos e Contrarrazões de Recurso deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, a qual deverá receber, realizar as instruções complementares que entender necessárias e encaminhar para a decisão da Autoridade Competente.

17.16. Na contagem dos prazos será excluído o dia de começo e incluído o dia final, prorrogando-os automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente no Sesi Tocantins.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preço e/ou Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão de reabertura.

18.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e/ou através de divulgação no site www.sesi-to.com.br, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social da Indústria – Sesi.

19.2. No âmbito do Sistema de Registro de Preços a **adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados.**

19.3. A existência de preços registrados não obriga o Serviço Social da Indústria – Sesi, a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, sendo assegurado ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições.

19.4. O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso o Serviço Social da Indústria – Sesi opte por realizar a contratação através de licitação específica. Quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, o detentor do registro de preços terá assegurado seu direito à contratação.

19.5. Uma vez registrados os preços, o Serviço Social da Indústria – Sesi poderá convocar o detentor do Registro a fornecer os bens respectivos, na forma e condições fixadas no presente Edital e seus anexos.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

19.6. Durante a vigência do Registro de Preços, o Serviço Social da Indústria – Sesi poderá convocar o detentor a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação.

19.7. O Registro de Preços realizado pelo Sesi-DR/TO poderá ser objeto de adesão por outro Serviço Social Autônomo.

19.8. Caberá ao Órgão Gerenciador/Sesi autorizar ou não a adesão de terceiros, de que trata o item 19.7, à Ata de Registro de Preços decorrente deste Edital.

19.9. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.10. As aquisições ou contratações a que se refere o item 19.9 não poderão exceder, por entidade/aderente, a 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.11. O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizados durante a vigência do Registro de Preço.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Homologada a presente licitação, o Serviço Social da Indústria – Sesi, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, lavrará um documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, antecedente ao Pedido de Compra.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. O objeto deste Pregão Eletrônico será adjudicado pela Pregoeira.

21.2. A homologação deste Pregão Eletrônico compete a Superintendência do Sesi-DR/TO.

22. DOS PRECEITOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A licitante classificada nos termos da presente licitação será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de convocação, assinar a Ata de Registro de Preços. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que solicitado por escrito pela adjudicatária durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pelo Sesi.

22.2. O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido para a assinatura da Ata de Registro de Preços implicará na perda dos direitos pertinentes à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente previstas. É facultado ao Sesi, quando a convocada não assinar o termo de compromisso ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas, convocar às licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas à primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

22.3. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.

22.4. A Ata de Registro de Preços será celebrada nos termos da minuta do presente Edital e da proposta apresentada pela(s) licitante(s) classificada(s) em 1º lugar.

22.5. Nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi e das demais normas legais aplicáveis, a Ata de Registro de Preços será regida pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

22.6. O aperfeiçoamento da Ata de Registro de Preços não impedirá o Sesi de adquirir, nos termos da Lei, os mesmos produtos de outro fornecedor, respeitado o disposto no item 22.9, letra "a" deste edital.

22.7. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços serão fixados em moeda corrente no país.

22.8. A obrigação da contratada nos termos da Ata de Registro de Preços assinado pela adjudicatária e pela respectiva licitante, somente se efetuará mediante a competente emissão do Pedido de Compra, devendo o mesmo, por conseguinte, ser cumprido nos precisos termos da Ata de Registro de Preços a que se refere.

22.9. Serão considerados como direitos do Serviço Social da Indústria – Sesi na Ata de Registro de Preços, objeto da presente licitação, além de outros estabelecidos na legislação em vigor:

a) Direito de rescindir a Ata de Registro de Preços sempre que o preço registrado for superior ao praticado no mercado.

22.10. Serão considerados como direitos do compromissário fornecedor na Ata de Registro de Preços objeto da presente licitação, além de outros estabelecidos na legislação em vigor:

a) O direito de receber no prazo devido o pagamento pela execução do objeto da presente licitação, no valor constante da ata de registro de preços.

22.11. Correrão exclusivamente por conta da empresa licitante quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

23. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. O cancelamento do Registro de Preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 38 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi.

24. DUE DILIGENCE DE INTEGRIDADE

24.1. A licitante estará sujeita à análise de Due Diligence de Integridade (DDI) do Sistema FIETO-Tocantins, disponível através do link <https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM>

24.2. A análise de integridade, prevista no item anterior, se fará com base no “Questionário de Due Diligence de Fornecedores do Sistema FIETO” e as evidências solicitadas, que deverá



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ser preenchido e assinado pelo licitante e entregue juntamente com os documentos de habilitação.

24.3. O não preenchimento do “Questionário de Due Diligence de Fornecedores do Sistema FIETO” disponível através do link <https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM> pelo licitante acarretará sua **INABILITAÇÃO**.

24.4. A análise prevista na Política de Due Diligence de Integridade do Sistema FIETO, será realizada pela Comissão de Licitação e pela área de Compliance, consoante procedimento interno das entidades.

24.5. As empresas enquadradas no critério bandeira vermelha – conforme Tabela 1 - da Política de Due Diligence de Integridade do Sistema FIETO, estarão **IMPEDIDAS** de participar do presente processo licitatório, consoante segue:

Bandeira Vermelha	<ul style="list-style-type: none">• Empresas e/ou sócios com condenações com trânsito em julgado, nos últimos 05 anos, relacionadas a processos de corrupção, fraude à licitação, improbidade administrativa ou lavagem de dinheiro;• Empresas e/ou sócios com restrições nos cadastros CEIS, CEPIM, CNEP.
--------------------------	---

24.6. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará se existe eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas pelos órgãos TCU, CNJ, Portal da Transparência CEIS e CNEP, obtida através do site <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

24.7. Ao término do processo licitatório, quando da homologação do vencedor, a Comissão Permanente de Licitação comunicará a área de Compliance sobre a empresa vencedora do certame, a fim de que possa ser desenvolvido à análise de DDI, visando a identificação de bandeira amarela ou verde.

24.8. A área de Compliance encaminhará o relatório de DDI da licitante vencedora para a área demandante, a fim de que ela possa inserir este na matriz de riscos da empresa que for bandeira amarela, conforme Procedimento Operacional Padrão (POP) de Gestão de Riscos.

25. ANTICORRUPÇÃO

25.1. As PARTES comprometem-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis anticorrupção brasileiras, incluindo, mas não se limitando, o Código de Conduta e Ética e nas políticas internas do CONTRATANTE, disponível no endereço eletrônico <http://sistemafieto.com.br/compliance/>

25.2. A Licitante caso seja CONTRATADA se compromete a cumprir integralmente as disposições das Políticas de Due Diligence de Integridade, do Código de Ética do Sistema FIETO e Política de Consequências, disponibilizadas no link: <http://sistemafieto.com.br/compliance/>, declarando, ainda, estar ciente de que a fiel



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

observância às mesmas é fundamental para a condução das atividades inerentes de maneira ética e responsável, constituindo falta grave, passível de imposição de penalidade, qualquer infração ao disposto nas mesmas. Para tanto, assinará Termo de Compromisso de Terceiro (anexo) que deverá ser entregue ao CONTRATANTE.

25.3. A licitante caso seja CONTRATADA se compromete, ainda, a treinar seus Colaboradores alocados na execução das atividades da Ata de Registro de Preços, a fim de instruí-los sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta e Ética do Sistema FIETO do CONTRATANTE para a execução do objeto deste instrumento.

25.4. As PARTES declaram e garantem que não estão envolvidos ou irão se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, parte relacionada, durante o cumprimento das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

25.5. A Licitante/CONTRATADA concorda que, o CONTRATANTE terá o direito de realizar auditoria, a qualquer tempo, a fim de verificar o cumprimento do disposto nas Leis Anticorrupção e nas Políticas de Compliance.

25.6. O não cumprimento por qualquer das PARTES das Leis Anticorrupção e/ou das Políticas de Compliance do CONTRATANTE será considerada uma infração grave e conferirá a outra parte o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o presente instrumento, sem qualquer ônus de penalidade, sendo o ator da infração responsável por perdas e danos, nos termos da legislação aplicável.

25.7. A Licitante caso seja CONTRATADA obriga-se a participar de treinamentos referentes as políticas de Compliance e demais normativas de anticorrupção mantidos pelo CONTRATANTE, quando convocado. Na data e horário do evento, se não houver a participação da CONTRATADA, a CONTRATANTE notificará e realizará nova convocação.

25.8. Havendo recorrência da ausência, sem caso fortuito ou força maior o contrato/ata de registro de preços poderá ser rescindido sem quaisquer ônus e penalidades para o CONTRATANTE.

25.9. A licitante caso seja contratada autoriza o CONTRATANTE a proceder a due diligence, sempre que necessário, quanto à solidez e regularidade econômica, preservada a confidencialidade e sigilo das informações obtidas.

25.10. Nos casos em que ocorrer danos à imagem e reputação do CONTRATANTE, levando ainda a possibilidade de lucro cessante em decorrência de atos ou fatos que violem às Leis Anticorrupção, desde que devidamente comprovado, a CONTRATADA se obrigará a reparar os danos materiais e morais, independentemente de dolo ou culpa.

25.11. Qualquer violação às políticas de Compliance e ao Código de Conduta e Ética do Sistema FIETO ou denúncias deverão ser reportadas à Ouvidoria por e-mail: ouvidoriasesi@sistemafieto.com.br; internet: <http://transparencia.sesi-to.com.br/Ouvidoria>; telefone: (63) 3229-5752.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

26. CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

26.1. A licitante se contratada compromete-se a tratar como estritamente confidencial todas e quaisquer INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que tiverem sido transmitidas ou disponibilizadas pelo CONTRATANTE, seja na forma de documentos, seja em qualquer outra forma, e deverá evitar qualquer revelação dessas a terceiros, salvo conforme necessário para a proteção ou utilização dos DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL gerados por ou transferidos ao CONTRATANTE.

27. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

27.1. Aplica-se ao presente edital a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, sem prejuízo das demais vigentes.

27.1.1. Para fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), em razão do presente instrumento, a realização do tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.

27.2. As partes somente poderão compartilhar, conceder acesso ou realizar o tratamento de dados pessoais, com empregados ou prestadores de serviços que tenham necessidade de realizar o tratamento de tais dados para as finalidades estritamente necessárias à execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, bem como tratará somente os Dados Pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos do instrumento contratual.

27.3. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº13.709/2018 e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores e subcontratados que utilize dos Dados Protegidos na extensão autorizada da referida LGPD.

27.4. As partes são responsáveis pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, inclusive financeiros e /ou de imagem e demais sanções aplicáveis.

27.5. A CONTRATADA não fornecerá, transferirá ou disponibilizará dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do CONTRATANTE ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando o CONTRATANTE dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial.

27.6. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, o mais breve possível, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança, incluídos, mas não limitados aos ataques por hackers e/ou invasões de qualquer natureza e/ou vulnerabilidades técnicas que exponham ou tenham o potencial de expor o ambiente onde se



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

encontram hospedados dados pessoais objeto do presente instrumento, sob pena de multa a ser aplicada de acordo com o previsto em lei vigente.

27.7. A CONTRATADA informará ao CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, todas as solicitações relacionadas aos dados pessoais que receber diretamente do titular dos dados, em razão do Contrato/Ata de Registro de Preços.

27.8. A CONTRATADA obriga-se, quando convocada, a participar de treinamentos referentes a Lei Geral de Proteção de Dados e demais normativos mantidos pelo CONTRATANTE, na data e horário do evento. Após formalmente convocada, caso a CONTRATADA não participe do evento, o CONTRATANTE a notificará e realizará nova convocação, sob pena de aplicação de penalidades. Serão consideradas injustificadas as ausências não comunicadas tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE.

27.9. As partes deverão cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no presente instrumento, imediatamente, após o seu término (art. 9, II, LGPD), bem como eliminá-los (art. 16, caput, LGPD), ressalvadas as hipóteses onde é autorizada a conservação dos dados pessoais (art. 16, I ao IV, LGPD).

27.10. Eventuais dúvidas ou identificação de irregularidades com o tratamento de dados pessoais devem ser reportadas pelo e-mail: dpo@sistemafieto.com.br ou pelo fale conosco/central de relacionamento com o cliente, telefone: (63) 3229-5770.

28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da Proposta e/ou inabilitação da Licitante, sujeitando o particular à aplicação de sanções. Caso essa Licitante tenha sido vencedora e tenha assinado o contrato/ata de registro de preço, impor-se-á a rescisão do instrumento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

28.2. As Licitantes podem ser sancionadas por seus atos, omissivos ou comissivos, a exemplo da prática de atos ilícitos para frustrar os objetivos da Licitação, fraude fiscal, comportamento inidôneo, não entrega de documentação, dentre outros.

28.3. A Pregoeira poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer fase da Licitação e sempre que julgar necessário, fixando prazos para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente dos Documentos de Habilitação e/ou da Proposta Comercial.

28.4. As Licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

28.5. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Pregoeira e Autoridade Competente.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

28.6. A participação da Licitante nesta Licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

28.7. A empresa, uma vez contratada, obrigará-se com integral obediência aos elementos técnicos fornecidos, a responder pelo cumprimento da Proposta em todos os seus termos.

28.8. No julgamento das Propostas e da Habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de Habilitação e classificação.

28.9. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Entidade, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.10. A qualquer momento, mesmo após a Habilitação, a Licitante poderá ser declarada inabilitada em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, impedindo que ele assine o Contrato/Ata de Registro de Preços.

28.11. As dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Pregoeira, com aplicação das disposições previstas no Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, que determinará sempre o prosseguimento do certame quando as questões que tiverem sido objeto de esclarecimento não configurarem prejuízo para o Sesi e às licitantes.

28.12. Poderá a Pregoeira no interesse da Administração, durante a realização da sessão de abertura, relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação e que possam ser sanadas, no prazo determinado pela Pregoeira, e ainda que não infringam o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

28.13. A contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o fornecimento, nem ceder o contrato ou documento equivalente.

28.14. A licitante adjudicada como vencedora do certame será convocada dentro do prazo de validade da sua proposta de preço, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação, assinar a Ata de Registro de Preço. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado, desde que solicitado por escrito pela adjudicatária durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pelo Sesi.

28.15. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preço e/ou Contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao licitante as seguintes penalidades:

- a) Perda do direito à contratação;
- b) Multa;
- c) Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesi, por prazo de até 02 anos, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento convocatório.



Serviço Social da Indústria

PELO FUTURO DO TRABALHO

28.16. Os preços permanecerão invariáveis pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, salvo se houver alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato/ata de registro de preços, e será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a modificação da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

28.17. Os interessados poderão obter maiores informações acerca do presente Edital de Licitação, por meio de documento expresso, podendo ser encaminhado pelo E-mail: cpl@sistemafieto.com.br ou pelo fone (63) 3229-5742.

Palmas-TO, 03 de novembro de 2022.

KELLYANE RESPLANDES DOS SANTOS

Pregoeira do Sesi-Tocantins



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

01. DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças e calibração de equipamentos de segurança e saúde no trabalho do Sesi-TO e suas Unidades Operacionais, na forma de registro de preço.

02. DA JUSTIFICATIVA

2.1 É de extrema importância e necessidade a contratação dos serviços, em razão do Projeto de Modernização Tecnológica dos serviços de Higiene Ocupacional do Sesi DR/TO, que tem como uma das suas entregas a manutenção e a calibração dos equipamentos, com a maior precisão do mercado, de forma a aumentar a capilaridade e celeridade dos atendimentos de Segurança do Trabalho.

2.2 Devido à criação de normas regulamentadoras sobre segurança do trabalho e ao crescimento das pequenas e médias empresas nos últimos anos, a demanda por avaliações ambientais, que são realizadas com estes equipamentos cresceu significativamente, e este serviço está sendo impactado nas entregas devido a falta de equipamento com manutenção e calibração em dia.

2.3 A calibração e manutenção de equipamento de higiene ocupacional sempre em dia é uma exigência legal dos órgãos fiscalizadores, em cumprimento as diretrizes de avaliação preconizada, assim como garantia de resultados mais precisos e coesos, que embasam os serviços prestados em segurança do trabalho.

2.4 Os aparelhos de medição precisam estar calibrados conforme os valores-padrão requeridos para cada equipamento fornecidos por órgãos de controle de qualidade locais ou internacionais, estando esta calibração em dia, sendo feitas ao menos anualmente.

2.5 Minimizar qualquer incerteza de medição, garantindo a precisão do equipamento de teste e ter a certeza de que as leituras sejam consistentes com outras medições, evitando pareceres duvidosos e passivos de questionamentos legais.

2.6 Quantificar e controlar erros ou incertezas nos processos de medição para um nível aceitável dos programas e laudos entregues as empresas.

2.7 Ter equipamentos com manutenção e calibração em dia garante a agilidade de informações e ainda mais segurança dos dados, tanto para a realização das avaliações, quanto para consultas imprescindíveis de auditorias.

2.8 A calibração dos equipamentos é uma premissa da metodologia de avaliação determinada pelo órgão competente, FUNDACENTRO, no que tange as avaliações para fins de higiene ocupacional e a certificação destes é uma exigência do cliente final contratante dos serviços de avaliações ambientais para garantia da qualidade exigida e cumprimento legal.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

2.9 Ressaltamos que o critério de julgamento por menor preço global, visa à padronização do objeto, melhor gestão contratual, principalmente no que se refere às questões de garantia que será de 90 (noventa) dias para todos os itens.

2.10. A empresa prestadora do serviço de calibração deve ser reconhecida junto ao INMETRO para prestação de tal serviço, e de fato atender os requisitos técnicos na prestação do serviço em questão e deve emitir calibração acreditada RBC (Rede Brasileira de Calibração).

03. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO OBJETO

3.1 CALIBRAÇÃO

3.1.1 Compreende os serviços de calibração os equipamentos abaixo relacionados:

ITEM	EQUIPAMENTO	TIPO DE SERVIÇO	QTDE.
1	Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Calibração	45
2	Audiodosímetro sem fio - Modelo: SV 104IS	Calibração	15
3	Calibrador acústico - Modelo: AC-300	Calibração	12
4	Sonômetro digital (Decibelímetro) Tipo 1 - Modelo: SV 971 - IEC 61672	Calibração	06
5	Sonômetro digital (Decibelímetro) Tipo 2 - Modelo: Sound Pro SE	Calibração	03
6	Calibrador Acústico sonômetro - Modelo: SV 34	Calibração	06
7	Bomba de amostragem digital (Alto e baixo fluxo integrado) - Modelo: GiliAir Plus	Calibração	21
8	Bomba de amostragem (Alto fluxo – redutor de vazão) Modelo: GiliAir 5 -	Calibração	06



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

9	Bomba de amostragem (Alto fluxo) - Modelo: BDXII	Calibração	09
10	Calibrador de vazão digital - Modelo: 4146	Calibração	12
11	Calibrador de vazão digital - Modelo: GillIAN 3	Calibração	06
12	Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 34	Calibração	09
13	Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 32	Calibração	03
14	Monitor de Stress Térmico (Cálculo Temperatura Efetiva) - Modelo: QT 36	Calibração	03
15	Monitor de Vibração - Modelo: SV 106	Calibração	06
16	Calibrador de Vibração - Modelo: SV 110	Calibração	03
17	Luxímetro - Modelo: EC1 - x	Calibração	03
18	Luxímetro - Modelo: X 08	Calibração	06
19	Termoanemômetro - Modelo: Velocicalc - 9545	Calibração	06
22	Detector de gases - Modelo: QRAE III	Calibração	06
21	Detector de radiação - Modelo: RAD 60	Calibração	03
22	FIT TEST Portátil (Eficiência de respiradores) - Modelo: Porta Count	Calibração	03
23	Sistema de avaliação de proteção auditiva - Modelo: E-A-R-Fit	Calibração	03



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

24	Avaliação qualidade do ar - Modelo: 3M EVM - 4	Calibração	03
25	Analisador de Combustão - Modelo: Ecom J2KN PRO	Calibração	03
26	Monitor de partículas - Modelo: Dusttrak II 8530	Calibração	03
27	Estação de monitoramento de ruído - Modelo: SV 277 PRO	Calibração	03

3.2 Manutenção

3.2.1 Compreende os serviços de manutenção com fornecimento de peças, dos itens e respectivos equipamentos abaixo relacionados por unidade operacional:

3.2.2 Quando na manutenção houver a necessidade de troca de peças, a Nota Fiscal a ser emitida deverá ser de SERVIÇO e no campo Observações da mesa, deverá ser informada a peças ou componente que foi substituído).

ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO	TIPO DE SERVIÇOS	QTDE.
1	Microfone ¼ polegada para Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	60
2	Bateria recarregável de ion de lítio para - Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	60
3	Protetor de vento para Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	100
4	Pino de alimentacao do microfone 1/4" para Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	30



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

5	Encaixe calibrador Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Reparo	30
6	Estação de carregamento/transferência - Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Reparo	12
7	Estação de carregamento/transferência - Audiodosímetro sem fio – Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	05
8	Carcaça frontal para Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5 -	Troca de peça	30
9	Protetor de vento SA 22 Decibelímetro - Modelo: 971	Troca de peça	15
10	Display para Decibelímetro - Modelo: 971	Troca de peça	10
11	Microfone ACO 7052E, 35 mV/Pa, condensador de microfone prepolarizado 1/2" Decibelímetro - Modelo: 971	Troca de peça	12
12	Teclado de comando para Decibelímetro - Modelo: 971	Troca de peça	10
13	Capa do Sensor de Umidade para Monitor de Stress - Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	15
14	Protetor de vento do Sensor de Calor para Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	10
15	Capa do Bulbo seco para Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	15



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

16	Pintura do Globo Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Reparo	10
17	Esfera de cobre 6 polegadas para Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	15
18	Cabo serial VGA para Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	07
19	Portas de comunicação Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Reparo	20
20	Sonda de velocidade do ar para Monitor de Stress - Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	06
21	Bateria recarregável NIMH 7,2 VDC, 250mA para - Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus	Troca de peça	21
22	Bateria recarregável NIMH 6 VDC 250mA para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus	Troca de peça	21
23	Bateria recarregável NIMH BDXII 783-0008-04 para Bomba de Amostragem - Modelo: BDXII	Troca de peça	09
24	Bateria recarregável NIMH 783-0009-02 para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5	Troca de peça	06
25	Display de cristal líquido para bomba de amostragem - Modelo: BDXII -	Troca de peça	09
26	Filtro externo para bomba de amostragem - Modelo: BDXII -	Troca de peça	09



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

27	Carcaça frontal para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus -	Troca de peça	21
28	Carcaça frontal para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5 -	Troca de peça	06
29	Carcaça frontal para Bomba de Amostragem - Modelo: BDXII -	Troca de peça	09
30	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus -	Reparo	21
31	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus	Troca de peça	15
32	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: BDXII	Reparo	09
33	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: BDXII	Troca de peça	06
34	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5	Reparo	06
35	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5	Troca de peça	03
36	Fonte carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus	Troca de peça	21
37	Fonte carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5	Troca de peça	06
38	Fonte carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: BDXII	Troca de peça	09
39	Conector de entrada calibrador de vazão - Modelo: GillIAN 3	Troca de peça	06
40	Conector de entrada calibrador de vazão - Modelo: 4146	Troca de peça	06



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

41	Display para calibrador de vazão - Modelo: 4146	Troca de peça	06
42	Display para calibrador de vazão - Modelo: GillIAN 3	Troca de peça	06
43	Acelerometro Tri Axial para monitor de vibração Mãos e Braços SV 105 B - Modelo: SV 106	Troca de peça	06
44	Acelerometro Tri Axial para monitor de vibração Corpo inteiro SV 38 V 3 eixos - Modelo: SV 106	Troca de peça	06
45	Display para monitor de vibração - Modelo: SV 106	Troca de peça	06
46	Conector de entrada de monitor de vibração - Modelo: SV 106	Troca de peça	06
47	Display para termoanemometro - Modelo: Velocicalc - 9545	Troca de peça	06
48	Teclado de comando para termoanemometro - Modelo: Velocicalc - 9545	Troca de peça	06
49	Sensor de temperatura para termoanemometro - Modelo: Velocicalc - 9545	Troca de peça	06
50	Fotocélula luxímetro digital - Modelo: X 08	Troca de peça	06
51	Display para luxímetro - Modelo: X 08	Troca de peça	06
52	Bateria para luxímetro - Modelo: X 08	Troca de peça	06
53	Cilindro para calibração medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

54	Sensor de gases para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06
55	Regulador de fluxo medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06
56	Válvula reguladora para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06
57	Carregador para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06
58	Fonte carregamento para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06
59	Filtro externo para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06

3.2.3. Fornecer e instalar componentes novos e genuínos, em caso de indisponibilidade, poderão ser usadas peças originais reconcondicionadas ou retrabalhadas, testadas e certificadas pela fábrica, similar a uma nova;

3.2.4. Os equipamentos deverão estar devidamente embalados de forma que estejam bem protegidos no retorno ao CONTRATANTE;

3.2.5. Todos os custos para envio e retorno dos equipamentos, serão por conta do SESI TOCANTINS.

04. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1 O critério utilizado para julgamento das propostas será o de menor preço global.

05. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os serviços serão realizados por demanda, por unidade operacional e as despesas serão custeadas por meio da dotação Sesi abaixo informada, sendo:

UO ARAGUAÍNA:

- Unidade: 29.02.04.01
- Centro: 3.04.01.02.03.01 PGR e higiene ocupacional (NR 01, NR 09 e NR 15)
- Conta: 3.1.01.06.11.002 - Manut.Rep.Bens Mov.Imov.-PJ
- Conta: 3.1.01.03.11 - Mat. Manut Bens Móveis/Imóveis – PJ

UO PALMAS:

- Unidade: 29.02.01.02
- Centro: 3.04.01.02.03.01 PGR e higiene ocupacional (NR 01, NR 09 e NR 15)



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

- Conta: 3.1.01.06.11.002 - Manut.Rep.Bens Mov.Imov.-PJ
- Conta: 3.1.01.03.11 - Mat. Manut Bens Móveis/Imóveis

UO GURUPI:

- Unidade: 29.02.02.02
- Centro: 3.04.01.02.03.01 PGR e higiene ocupacional (NR 01, NR 09 e NR 15)
- Conta: 3.1.01.06.11.002 - Manut.Rep.Bens Mov.Imov.-PJ
- Conta: 3.1.01.03.11 - Mat. Manut Bens Móveis/Imóveis

06. DA HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme previsto no edital de licitação, sob pena de inabilitação.

07. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 Os documentos de qualificação deverão ser apresentados conforme previsto no edital de licitação, sob pena de inabilitação.

08. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do Art. 34 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi.

09. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado sob demanda a partir da data de emissão da nota fiscal de SERVIÇO, após a entrega dos serviços previstos no item 3 deste Termo de Referência e especificados no quadro, mediante depósito bancário em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

9.2 A emissão da nota fiscal de SERVIÇO deverá ser de acordo com o pedido confirmado, obedecendo às prerrogativas contidas no procedimento e norma financeira interna do Sesi DR/TO.

9.3 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com o pedido de compras enviado via e-mail, após a assinatura da ATA, observando os dados do CONTRATANTE no quadro abaixo:

- **CAT ARAGUAÍNA** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0003-08, situado na Rua Fortaleza, N°10, Qd. 48, Lote 01, Bairro Cimba, CEP: 77.824 -340, Araguaína – TO;
- **CET PALMAS** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0002-27, situado na Rua SE 05, LT 02, S/N, 104 SUL, CEP-77.020-018, Palmas -TO;
- **CIAT GURUPI** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0004-99, situado na Rua Joaquim Batista Oliveira n° 161, Vila Alagoana, CEP: 77.403 -170, Gurupi – TO.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

9.4 A CONTRATADA deverá manter durante todo o período relativo à execução do objeto da ATA nas mesmas condições de habilitação exigidas no edital.

9.5 As faturas/notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas a CONTRATADA para as devidas correções.

9.6 A cada pagamento a CONTRATADA deverá apresentar ao contratante os documentos abaixo:

- a) Nota Fiscal/Fatura relativa aos serviços;
- b) Certidão Negativa de Tributos Federais e Certificado de Regularidade com o FGTS (CRF), com validade no momento de sua apresentação.

9.7 O pagamento que por ventura seja efetuado com atraso em face de descumprimento das exigências contratuais, não será em hipótese alguma atualizado monetariamente.

9.8 Constatando-se a perda da regularidade fiscal no curso da execução da ATA, a CONTRATADA será notificada, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis regularizar sua situação, ou apresentar defesa.

9.9 O prazo constante do item anterior poderá ser prorrogado a critério do CONTRATANTE.

9.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias ao Cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

9.11 Não haverá, sobre hipótese alguma, pagamento antecipado.

10 DAS OBRIGAÇÕES

10.1 Compete ao Contratante:

- Proporcionar todas as condições para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas nesse Termo;
- Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas nesse Termo;
- Gerenciar e fiscalizar a qualidade dos itens serviços objeto desse Termo;
- Comunicar à contratada sobre possíveis irregularidades observadas durante a prestação dos serviços, para que seja providenciada a imediata correção;
- Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes de efetivar o pagamento;
- Disponibilizar e indicar técnico do quadro de funcionários para o recebimento, conferência e aceite dos serviços executados e entregues pela CONTRATADA.

10.2 Compete à Contratada:

- Cumprir fielmente as condições e prazos de entrega estabelecidos no presente Termo;
- Responsabilizar-se pelo atendimento em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência, caso ocorra, sem acréscimo de valor;
- Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços/aquisições, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

- Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fretes, taxas comerciais, tributos, e contribuições que incidirem direta ou indiretamente a execução do objeto;
- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta da ATA;
- O preço apresentado pela CONTRATADA será considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, transporte de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência.

11 DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

11.1 O prazo de entrega dos serviços deverá ser de no máximo **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento do pedido de compra enviado pelo Sesi-DR/TO, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo fornecedor.

11.2 Os horários para entrega serão das 8h às 12h e das 14h às 18h, em dia de expediente normal (segunda a sexta-feira).

11.3 Os serviços deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- **CAT ARAGUAÍNA** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0003-08, situado na Rua Fortaleza, N°10, Qd. 48, Lote 01, Bairro Cimba, CEP: 77.824 -340, Araguaína – TO;
- **CET PALMAS** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0002-27, situado na Quadra 104 Sul, Rua SE 05 Lt. 02, Plano Diretor Sul, CEP: 77.020 - 018, Palmas – TO;
- **CIAT GURUPI** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0004-99, situado na Rua Joaquim Batista Oliveira nº 161, Vila Alagoana, CEP: 77.403 -170, Gurupi – TO.

12. DAS PENALIDADES

12.1 As penalidades serão aplicadas conforme previsto no edital de licitação.

13. DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 A inexecução total ou parcial de condições avençadas pode acarretar rescisão da ATA, com as consequências contratuais e as previstas em lei e regulamento.

13.2 São motivos para a rescisão do contrato:

- I. Caso de inadimplência de qualquer das cláusulas contratuais;
- II. Ocorrendo liquidação judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- III. Não cumprimento do contrato, sem justa causa e prévia comunicação o CONTRATANTE;



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

- IV. Supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços que acarretem modificação do valor inicial do contrato além do valor permitido;
- V. Atraso injustificado superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pelo CONTRATANTE decorrente do fornecimento do serviço já recebido;
- VI. Assegura-se a CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações até que seja normalizada a situação.

13.3 Não caberá a CONTRATADA indenização de qualquer espécie nos casos em que a mesma der causa à rescisão contratual por inadimplência de qualquer uma das normas contratuais vigentes e/ou não mencionadas neste termo, caso em que a CONTRATADA será considerada responsável para todos os efeitos legais.

14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1 A Gestora da ATA, no âmbito do Processo do Sesi DR/TO, será a colaboradora Klébia Pontes Fernandes Cardoso, Gerente Executiva de Saúde e Segurança da Indústria do Sesi Tocantins.

14.2 O Responsável pela Fiscalização do contrato, no âmbito do Processo do Sesi DR/TO e será a colaboradora Ivailde Silva Tavares.

15. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando incorrer em alguma das hipóteses dos incisos I, II e III do art. 38 do Regulamento de Licitações do Sesi in verbis:

Art. 38 - O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

- I – descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;
- II – não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;
- III – quando, justificadamente, não for mais do interesse do Sesi-DR/TO.

16. DA REVISÃO DE PREÇOS

16.1 Os preços permanecerão invariáveis pelo período de 12 (doze) meses salvo se houver alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro da ATA, só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a modificação da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

16.2 Os valores contratados poderão ser atualizados após 12 (doze) meses, com base na variação do IGP-M (FGV), deste que os valores estejam compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços do objeto deste instrumento.

17. DA ADESÃO

17.1 O objeto desta licitação, após o Registro de Preços realizado pelo Sesi-DR/TO, poderá ser objeto de adesão por outro departamento da entidade e por Serviço Social Autônomo.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A contratação não gera para ao Sesi DR/TO, qualquer vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária em referência aos empregados prepostos da CONTRATADA, respondendo



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

exclusivamente a empresa contratada por toda e qualquer ação trabalhista e/ou indenizatória por eles propostas, bem como pelo resultado delas.

18.2 O CONTRATANTE poderá alterar ou revogar o presente instrumento, a qualquer tempo, desde que justificado.

18.3 A empresa contratada deverá fornecer todo suporte necessário para a dinamização, atendimento e concretização dos serviços deste instrumento.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

**ANEXO II
DECLARAÇÃO**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE INEXISTÊNCIA DE MENORES

Palmas (TO), dede 2022.

Ao
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI-DR/TO

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal Senhor _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penalidades da Lei, para fins desta licitação, Pregão Eletrônico nº 005/2022, Processo Licitatório nº 014/2022 SESI-DR/TO, declara que:

- a) Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, salvo se na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.
- b) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e com as entidades do Sistema “S” (SENAI, Sesi, SESC, SEBRAE, etc...), bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente quanto à habilitação ao certame supra, especificamente à Qualificação Técnica, Regularidade Fiscal, Capacidade Jurídica e Situação Econômico-Financeira.
- c) Não foi declarada inidônea pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992

Atenciosamente,

(Assinatura do representante legal ou proprietário)
CNPJ da Empresa

(Papel timbrado da empresa)



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2022 SESI-DR/TO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 SESI-DR/TO

Declaro, sob as penas da lei e para fins de contratação com o SESI-TO, que nos quadros da empresa _____ CNPJ nº _____ INEXISTE vínculo de parentesco por consanguinidade ou por afinidade entre Sócios, Gerentes ou Diretores até o 3º grau, com Dirigentes, Gerentes, Assessores e Conselheiros do Sesi Tocantins.

Em caso positivo, citar os nomes dos parentes e qual a relação de parentesco:

1º Nome: _____

Relação de parentesco: _____

2º Nome: _____

Relação de parentesco: _____

3º Nome: _____

Relação de parentesco: _____

Cidade, data.

Nome e assinatura do Representante Legal da Licitante



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2022 SESI-DR/TO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 – MENOR PREÇO GLOBAL
VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 12 (doze) meses

Aos xxx dias do mês de xxx do ano de 2022, nos termos do “Regulamento de Licitações e Contratos do SESI” e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 005/2022, para REGISTRO DE PREÇO, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, transcorrido o prazo para interposição de recursos e a necessária homologação, o **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI**, inscrito no CNPJ sob nº 03.777.433/0001-46, com sede na Quadra ACSE 1, Rua de Pedestre, SE 3, Nº 34-A, Plano Diretor Sul, Palmas-TO, CEP.: 77020-016, representado neste ato por sua Superintendente, Sra. Roseli Ferreira Neves Sarmento, resolve lavrar a presente Ata, para **REGISTRAR** o preço da empresa abaixo relacionada e classificada no certame, observadas as condições do edital que integram este instrumento de registro e as cláusulas e condições estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FORNECEDOR E PREÇO REGISTRADO

1.1. Empresa: _____, CNPJ nº: _____, com sede _____, representada neste ato pelo Sr. _____, CPF nº _____, RG nº _____, compromete-se a fornecer os itens especificados abaixo, nas condições estabelecidas no edital do certame licitatório e cláusulas aqui descritas:

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VALIDADE DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. A ata de registro de preço terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada uma vez por igual período, conforme previsto no Regulamento de Licitações e Contratos do SESI.

2.2. Durante o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço, o SESI Tocantins não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para contratação pretendida, sendo assegurado à beneficiária do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser objeto de adesão por outro Serviço Social Autônomo.

3.2. Caberá ao Órgão Gerenciador/SESI autorizar ou não a adesão de terceiros, de que trata o item 3.1.

3.3. Caberá à fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

3.4. As aquisições ou contratações a que se refere este item não poderão exceder, por entidade/aderente, a 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1 O prazo de entrega dos serviços deverá ser de no máximo **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento do pedido de compra enviado pelo Sesi-DR/TO, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela fornecedora.

4.2 Os horários para entrega serão das 8h às 12h e das 14h às 18h, em dia de expediente normal (segunda a sexta-feira).

4.3 Os serviços deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- **CAT ARAGUAÍNA** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0003-08, situado na Rua Fortaleza, N°10, Qd. 48, Lote 01, Bairro Cimba, CEP: 77.824 -340, Araguaína – TO;
- **CET PALMAS** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0002-27, situado na Quadra 104 Sul, Rua SE 05 Lt. 02, Plano Diretor Sul, CEP: 77.020 - 018, Palmas – TO;
- **CIAT GURUPI** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0004-99, situado na Rua Joaquim Batista Oliveira n° 161, Vila Alagoana, CEP: 77.403 -170, Gurupi – TO.

4.4 A garantia será de 90 (noventa) dias para todos os itens.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado sob demanda a partir da data de emissão da nota fiscal de SERVIÇO, após a entrega dos serviços previstos neste instrumento e especificados na Cláusula Primeira, mediante depósito bancário em conta-corrente indicada pela CONTRATADA.

5.2 A emissão da nota fiscal de SERVIÇO deverá ser de acordo com o pedido confirmado, obedecendo às prerrogativas contidas no procedimento e norma financeira interna do Sesi DR/TO.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

5.3 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com o pedido de compras enviado via e-mail, após a assinatura da ATA, observando os dados do CONTRATANTE no quadro abaixo:

- **CAT ARAGUAÍNA** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0003-08, situado na Rua Fortaleza, N°10, Qd. 48, Lote 01, Bairro Cimba, CEP: 77.824 -340, Araguaína – TO;
- **CET PALMAS** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0002-27, situado na Rua SE 05, LT 02, S/N, 104 SUL, CEP-77.020-018, Palmas -TO;
- **CIAT GURUPI** - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DR-TO, CNPJ: 03.777.433/0004-99, situado na Rua Joaquim Batista Oliveira n° 161, Vila Alagoana, CEP: 77.403 -170, Gurupi – TO.

5.4 A CONTRATADA deverá manter durante todo o período relativo à execução do objeto da ATA as mesmas condições de habilitação exigidas neste instrumento.

5.5 As faturas/notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas a CONTRATADA para as devidas correções.

5.6 A cada pagamento a CONTRATADA deverá apresentar ao contratante os documentos abaixo:

- a) Nota Fiscal/Fatura relativa aos serviços;
- b) Certidão Negativa de Tributos Federais e Certificado de Regularidade com o FGTS (CRF), com validade no momento de sua apresentação.

5.7 O pagamento que por ventura seja efetuado com atraso em face de descumprimento das exigências contratuais, não será em hipótese alguma atualizado monetariamente.

5.8 Constatando-se a perda da regularidade fiscal no curso da execução da ATA, a CONTRATADA será notificada, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis regularizar sua situação, ou apresentar defesa.

5.9 O prazo constante no item anterior poderá ser prorrogado a critério do CONTRATANTE.

5.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

5.11 Não haverá, sobre hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.12 Quando na manutenção houver a necessidade de troca de peças, a Nota Fiscal a ser emitida deverá ser de SERVIÇO e no campo Observações da mesa, deverá ser informada a peça ou componente que foi substituído.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

6.1. Os serviços serão realizados por demanda de cada unidade operacional e as despesas serão custeadas por meio da dotação Sesi abaixo informada:

UO ARAGUAÍNA:

- Unidade: 29.02.04.01
- Centro: 3.04.01.02.03.01 PGR e higiene ocupacional (NR 01, NR 09 e NR 15)
- Conta: 3.1.01.06.11.002 - Manut.Rep.Bens Mov.Imov.-PJ
- Conta: 3.1.01.03.11 - Mat. Manut Bens Móveis/Imóveis – PJ

UO PALMAS:

- Unidade: 29.02.01.02
- Centro: 3.04.01.02.03.01 PGR e higiene ocupacional (NR 01, NR 09 e NR 15)
- Conta: 3.1.01.06.11.002 - Manut.Rep.Bens Mov.Imov.-PJ
- Conta: 3.1.01.03.11 - Mat. Manut Bens Móveis/Imóveis

UO GURUPI:

- Unidade: 29.02.02.02
- Centro: 3.04.01.02.03.01 PGR e higiene ocupacional (NR 01, NR 09 e NR 15)
- Conta: 3.1.01.06.11.002 - Manut.Rep.Bens Mov.Imov.-PJ
- Conta: 3.1.01.03.11 - Mat. Manut Bens Móveis/Imóveis

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Compete ao Sesi-DR/TO:

- Proporcionar todas as condições para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas nesse instrumento;
- Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas nessa Ata de Registro de Preços.
- Gerenciar e fiscalizar a qualidade dos itens serviços objeto desse instrumento.
- Comunicar à contratada sobre possíveis irregularidades observadas durante a prestação dos serviços, para que seja providenciada a imediata correção;
- Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes de efetivar o pagamento;
- Disponibilizar e indicar técnico do quadro de funcionários para o recebimento, conferência e aceite dos serviços executados e entregues pela CONTRATADA.

7.2. Compete à Contratada:

- Cumprir fielmente as condições e prazos de entrega estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços;
- Responsabilizar-se pelo atendimento em desacordo com as especificações contidas nesta Ata de Registro de Preços, caso ocorra, sem acréscimo de valor;
- Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços/aquisições, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;
- Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fretes, taxas comerciais, tributos, e contribuições que incidirem direta ou indiretamente a execução do objeto;



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na ATA;
- O preço apresentado pela CONTRATADA será considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, transporte de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

8.1. O inadimplemento das obrigações previstas ensejará a aplicação à empresa/fornecedora registrada, conforme o caso, das sanções previstas do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2022 Sesi-DR/TO.

CLÁUSULA NONA – DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 Os preços permanecerão invariáveis pelo período de 12 (doze) meses salvo se houver alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro da ATA, só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a modificação da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

9.2 Os valores contratados poderão ser atualizados após 12 (doze) meses, com base na variação do IGP-M (FGV), deste que os valores estejam compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

10.1. A FORNECEDORA deixará de ter o seu preço registrado quando incorrer em alguma das hipóteses dos incisos I, II e III do art. 38 do Regulamento de Licitações do Sesi. In verbis:

Art. 38 - O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

- I – descumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;
- II – não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;
- III – quando, justificadamente, não for mais do interesse do Sesi-DR/TO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 A Gestora da ATA, no âmbito do Processo do Sesi DR/TO, será a colaboradora Klébia Pontes Fernandes Cardoso, Gerente Executiva de Saúde e Segurança da Indústria do Sesi Tocantins.

11.2 O Responsável pela Fiscalização do contrato, no âmbito do Processo do Sesi DR/TO será a colaboradora Ivailde Silva Tavares.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DUE DILIGENCE

12.1 A FORNECEDORA estará sujeita à análise de Due Diligence de Integridade (DDI) do Sistema FIETO disponível no sítio eletrônico [http: https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM](https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM).

12.2. A Área de Compliance a qualquer momento da vigência desta Ata de Registro de Preços, quando for demandado ou identificar possíveis violações entre outras questões de não conformidades, poderá realizar diligência, conforme sua Política de Due Diligence, preservada a confidencialidade e sigilo das informações obtidos.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

12.3. Havendo enquadramento da FORNECEDORA durante as diligências na bandeira vermelha, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preço. No caso de a FORNECEDORA ser classificada na bandeira amarela, será inserida na matriz de riscos de fornecedores e acompanhada pela área de Compliance.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

13.1. O não cumprimento por qualquer das PARTES das Leis Anticorrupção e/ou das Políticas de Compliance do CONTRATANTE será considerada uma infração grave e conferirá a outra parte o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o presente instrumento, sem qualquer ônus de penalidade, sendo o ator da infração responsável por perdas e danos, nos termos da legislação aplicável.

13.2. A FORNECEDORA obriga-se a participar de treinamentos referentes as políticas de Compliance e demais normativas anticorrupção mantidas pelo CONTRATANTE, quando convocada. Na data e horário do evento, se não houver a participação da FORNECEDORA, o CONTRATANTE a notificará e realizará nova convocação.

13.3. Nos casos em que ocorrer danos à imagem e reputação do CONTRATANTE, levando ainda a possibilidade de lucro cessante em decorrência de atos ou fatos que violem às Leis Anticorrupção, desde que devidamente comprovado, a CONTRATADA se obriga a reparar os danos materiais e morais, independentemente de dolo ou culpa.

13.4. Qualquer violação às políticas de Compliance e ao Código de Conduta e Ética do Sistema FIETO ou denúncias deverão ser reportadas à Ouvidoria por e-mail: ouvidoriasesi@sistemafieto.com.br; internet: <http://transparencia.sesi-to.com.br/Ouvidoria>.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1. A FORNECEDORA compromete-se a tratar como estritamente confidencial todas e quaisquer INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que tiverem sido transmitidas ou disponibilizadas pelo CONTRATANTE, seja na forma de documentos, seja em qualquer outra forma, e deverá evitar qualquer revelação dessas a terceiros, salvo conforme necessário para a proteção ou utilização dos DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL gerados por ou transferidos ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. Aplica-se a presente Ata de Registro de Preço a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, sem prejuízo das demais vigentes.

15.2. Para fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18), em razão da presente Ata de Registro de Preço, a realização do tratamento de dados pessoais pela FORNECEDORA, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor.

15.3. As partes somente poderão compartilhar, conceder acesso ou realizar o tratamento de dados pessoais, com empregados ou prestadores de serviços que tenham necessidade de realizar o tratamento de tais dados para as finalidades estritamente necessárias à execução



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

da Ata de Registro de Preços, bem como tratará somente os Dados Pessoais necessários para a prestação dos serviços, nos termos desta ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

15.4. As partes DECLARAM ter ciência dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº13.709/2018 e obrigam-se a adotar todas as medidas necessárias para garantir, por si, bem como por seu pessoal, colaboradores e subcontratados que a utilização e tratamento dos dados pessoais coletados durante o **Processo Licitatório em epígrafe e durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços**, ocorra na extensão definida pela LGPD, e que a utilização e o **tratamento** somente ocorrerão para finalidades determinadas e específicas deste instrumento, vinculadas ao âmbito e limites técnicos das atividades contempladas à prestação dos serviços conforme objeto supra, pelo período de vigência deste instrumento contratual, bem como **eliminação** dos dados pessoais após o término de seu tratamento (após o término do tratamento dos dados/encerramento da vigência contratual, art. 16, caput, LGPD), bem como, autorizada a conservação apenas para as finalidades previstas nos incisos I ao IV do art. 16 da LGPD.

15.5. Caberá ao CONTRATANTE (parte controladora), tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais transmitidos à CONTRATADA que, na condição de Operadora, realizará o tratamento dos dados pessoais, seguindo as instruções recebidas da parte controladora.

15.6. As partes são responsáveis pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, inclusive financeiros e /ou de imagem e demais sanções aplicáveis.

15.7. A FORNECEDORA não fornecerá, transferirá ou disponibilizará dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, da parte CONTRATANTE ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando a CONTRATANTE dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial.

15.8. A FORNECEDORA deverá comunicar ao CONTRATANTE, o mais breve possível, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança, incluídos, mas não limitados aos ataques por hackers e/ou invasões de qualquer natureza e/ou vulnerabilidades técnicas que exponham ou tenham o potencial de expor o ambiente onde se encontram hospedados dados pessoais objeto do presente instrumento, sob pena de multa a ser aplicada de acordo com o previsto em lei vigente.

15.9. A FORNECEDORA informará ao CONTRATANTE, em até 48 (quarenta e oito) horas, todas as solicitações relacionadas aos dados pessoais que receber diretamente do titular dos dados, em razão da presente Ata de Registro de Preço.

15.10. A FORNECEDORA obriga-se, quando convocada, a participar de treinamentos referentes a Lei Geral de Proteção de Dados e demais normativos mantidos pelo CONTRATANTE, na data e horário do evento. Após formalmente convocada, caso a FORNECEDORA não participe do evento, o CONTRATANTE a notificará e realizará nova convocação, sob pena de aplicação de penalidades. Serão consideradas injustificadas as



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ausências não comunicadas tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE.

15.11. As partes deverão cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no presente instrumento, imediatamente, após o seu término (art. 9, II, LGPD), bem como eliminá-los (art. 16, caput, LGPD), ressalvadas as hipóteses onde é autorizada a conservação dos dados pessoais (art. 16, I ao IV, LGPD).

15.12. Eventuais dúvidas ou identificação de irregularidades com o tratamento de dados pessoais devem ser reportadas pelo e-mail: dpo@sistemafieto.com.br ou pelo fale conosco/central de relacionamento com o cliente, telefone: (63) 3229-5770.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2022 Sesi-DR/TO, seus anexos e a proposta da empresa classificada em 1º lugar como se transcrito fosse.

16.2. O Registro de Preços não importa em direito subjetivo à contratação de quem ofertou o preço registrado, sendo facultada a realização de contratações de terceiros sempre que houver preços mais vantajosos.

16.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de 12 (doze) meses.

16.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o edital do Pregão Eletrônico nº 005/2022, com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, e com as demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas-TO para dirimir eventuais controvérsias advindas da utilização do presente instrumento, que não possam ser solucionadas administrativamente.

17.2. E por estarem assim acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Palmas-TO.,dede 2022.

ROSELI FERREIRA NEVES SARMENTO

Superintendente do Sesi-TO

Fornecedora

TESTEMUNHAS:

NOME e CPF:

NOME e CPF:



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

AO
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI-DR/TO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
PALMAS-TO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2022 SESI-DR/TO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2022 SESI-DR/TO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ propõe ao SESI - TOCANTINS o abaixo referenciado:

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção com o fornecimento de peças e calibração de equipamentos de segurança e Saúde no Trabalho do SESI-DR/TO suas Unidades Operacionais, conforme segue:

1.1. CALIBRAÇÃO

1.1.1. Compreende os serviços de calibração os equipamentos abaixo relacionados:

ITEM	EQUIPAMENTO	TIPO DE SERVIÇO	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Audiossímometro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Calibração	45		
2	Audiossímometro sem fio - Modelo: SV 104IS	Calibração	15		
3	Calibrador acústico - Modelo: AC-300	Calibração	12		
4	Sonômetro digital (Decibelímetro) Tipo 1 - Modelo: SV 971 - IEC 61672	Calibração	06		
5	Sonômetro digital (Decibelímetro) Tipo 2 - Modelo: Sound Pro SE	Calibração	03		
6	Calibrador Acústico sonômetro - Modelo: SV 34	Calibração	06		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

7	Bomba de amostragem digital (Alto e baixo fluxo integrado) - Modelo: GiliAir Plus	Calibração	21		
8	Bomba de amostragem (Alto fluxo – redutor de vazão) Modelo: GiliAir 5 -	Calibração	06		
9	Bomba de amostragem (Alto fluxo) - Modelo: BDXII	Calibração	09		
10	Calibrador de vazão digital - Modelo: 4146	Calibração	12		
11	Calibrador de vazão digital - Modelo: GillIAN 3	Calibração	06		
12	Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 34	Calibração	09		
13	Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 32	Calibração	03		
14	Monitor de Stress Térmico (Cálculo Temperatura Efetiva) - Modelo: QT 36	Calibração	03		
15	Monitor de Vibração - Modelo: SV 106	Calibração	06		
16	Calibrador de Vibração - Modelo: SV 110	Calibração	03		
17	Luxímetro - Modelo: EC1 - x	Calibração	03		
18	Luxímetro - Modelo: X 08	Calibração	06		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

19	Termoanemômetro - Modelo: Velocicalc - 9545	Calibração	06		
22	Detector de gases - Modelo: QRAE III	Calibração	06		
21	Detector de radiação - Modelo: RAD 60	Calibração	03		
22	FIT TEST Portátil (Eficiência de respiradores) - Modelo: Porta Count	Calibração	03		
23	Sistema de avaliação de proteção auditiva - Modelo: E-A-R-Fit	Calibração	03		
24	Avaliação qualidade do ar - Modelo: 3M EVM - 4	Calibração	03		
25	Analisador de Combustão - Modelo: Ecom J2KN PRO	Calibração	03		
26	Monitor de partículas - Modelo: Dusttrak II 8530	Calibração	03		
27	Estação de monitoramento de ruído - Modelo: SV 277 PRO	Calibração	03		

1.2. Manutenção

1.2.1 Compreende os serviços de manutenção com fornecimento de peças, dos itens e respectivos equipamentos abaixo relacionados por unidade operacional:

ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA DO OBJETO	TIPO DE SERVIÇOS	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Microfone ¼ polegada para Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	60		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

2	Bateria recarregável de ion de lítio para - Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	60		
3	Protetor de vento para Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	100		
4	Pino de alimentacao do microfone 1/4" para Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	30		
5	Encaixe calibrador Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Reparo	30		
6	Estação de carregamento/transferência - Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5	Reparo	12		
7	Estação de carregamento/transferência - Audiodosímetro sem fio – Modelo: EDGE – 5	Troca de peça	05		
8	Carcaça frontal para Audiodosímetro sem fio - Modelo: EDGE – 5 -	Troca de peça	30		
9	Protetor de vento SA 22 Decibelímetro - Modelo: 971	Troca de peça	15		
10	Display para Decibelímetro - Modelo: 971	Troca de peça	10		
11	Microfone ACO 7052E, 35 mV/Pa, condensador de	Troca de peça	12		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

	microfone prepolarizado 1/2" Decibelímetro - Modelo: 971				
12	Teclado de comando para Decibelímetro - Modelo: 971	Troca de peça	10		
13	Capa do Sensor de Umidade para Monitor de Stress - Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	15		
14	Protetor de vento do Sensor de Calor para Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	10		
15	Capa do Bulbo seco para Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	15		
16	Pintura do Globo Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Reparo	10		
17	Esfera de cobre 6 polegadas para Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	15		
18	Cabo serial VGA para Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	07		
19	Portas de comunicação Monitor de Stress Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Reparo	20		
20	Sonda de velocidade do ar para Monitor de Stress - Térmico - Modelo: QT 36 / 34 / 32	Troca de peça	06		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

21	Bateria recarregável NIMH 7,2 VDC, 250mA para - Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus	Troca de peça	21		
22	Bateria recarregável NIMH 6 VDC 250mA para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus	Troca de peça	21		
23	Bateria recarregável NIMH BD XII 783-0008-04 para Bomba de Amostragem - Modelo: BD XII	Troca de peça	09		
24	Bateria recarregável NIMH 783-0009-02 para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5	Troca de peça	06		
25	Display de cristal líquido para bomba de amostragem - Modelo: BD XII -	Troca de peça	09		
26	Filtro externo para bomba de amostragem - Modelo: BD XII -	Troca de peça	09		
27	Carcaça frontal para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus -	Troca de peça	21		
28	Carcaça frontal para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5 -	Troca de peça	06		
29	Carcaça frontal para Bomba de Amostragem - Modelo: BD XII -	Troca de peça	09		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

30	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus -	Reparo	21		
31	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus	Troca de peça	15		
32	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: BDXII	Reparo	09		
33	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: BDXII	Troca de peça	06		
34	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5	Reparo	06		
35	Estação carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5	Troca de peça	03		
36	Fonte carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir Plus	Troca de peça	21		
37	Fonte carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: GiliAir 5	Troca de peça	06		
38	Fonte carregamento para Bomba de Amostragem - Modelo: BDXII	Troca de peça	09		
39	Conector de entrada calibrador de vazão - Modelo: GillIAN 3	Troca de peça	06		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

40	Conector de entrada calibrador de vazão - Modelo: 4146	Troca de peça	06		
41	Display para calibrador de vazão - Modelo: 4146	Troca de peça	06		
42	Display para calibrador de vazão - Modelo: GillIAN 3	Troca de peça	06		
43	Acelerometro Tri Axial para monitor de vibração Mãos e Braços SV 105 B - Modelo: SV 106	Troca de peça	06		
44	Acelerometro Tri Axial para monitor de vibração Corpo inteiro SV 38 V 3 eixos - Modelo: SV 106	Troca de peça	06		
45	Display para monitor de vibração - Modelo: SV 106	Troca de peça	06		
46	Conector de entrada de monitor de vibração - Modelo: SV 106	Troca de peça	06		
47	Display para termoanemometro - Modelo: Velocicalc - 9545	Troca de peça	06		
48	Teclado de comando para termoanemometro - Modelo: Velocicalc - 9545	Troca de peça	06		
49	Sensor de temperatura para termoanemometro - Modelo: Velocicalc - 9545	Troca de peça	06		
50	Fotocélula luxímetro digital - Modelo: X 08	Troca de peça	06		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

51	Display para luxímetro - Modelo: X 08	Troca de peça	06		
52	Bateria para luxímetro - Modelo: X 08	Troca de peça	06		
53	Cilindro para calibração medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06		
54	Sensor de gases para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06		
55	Regulador de fluxo medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06		
56	Válvula reguladora para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06		
57	Carregador para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06		
58	Fonte carregamento para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06		
59	Filtro externo para medidor de gases - Modelo: QRAE III	Troca de peça	06		

1. CONDIÇÕES:

DO PRAZO DE ENTREGA: Conforme previsto no edital do Pregão Eletrônico nº 005/2022 SESI-DR/TO.

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme previsto no edital do Pregão Eletrônico nº 005/2022 SESI-DR/TO.

2. DECLARAÇÕES:

Declaro para os devidos fins que os preços apresentados na presente proposta incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

Declaro aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2022 Sesi-DR/TO, assumindo total responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações apresentadas na presente proposta de preço.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias a contar à data prevista para abertura do certame.

Data ____/____/2022.

Nome por extenso do Representante Legal da Empresa

Nome da Empresa

Assinatura do Representante Legal da **Empresa**

OBSERVAÇÃO: Este modelo de Proposta de Preços não é exaustivo, cabendo à empresa licitante verificar no Edital e seus anexos se há informações adicionais e/ou complementares as quais deveriam constar neste modelo.



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO VI QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE

O arquivo que constitui este Anexo está disponível aos interessados juntamente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 005/2022 Sesi-TO, no site www.sesi-to.com.br e www.licitacoes-e.com.br ou através do link <https://forms.office.com/r/RdfKMstmtM>

QUESTIONÁRIO DE DUE DILIGENCE

A partir de Julho/2021 o Sistema FIETO implementou seu Programa de Compliance, que tem como objetivo reforçar a prevenção, detecção e correção de atos de fraude e de corrupção por meio da gestão integrada e de ações e controles de sua estrutura de governança.

Dessa forma, com o objetivo de subsidiar o procedimento de Due Diligence de Integridade, previsto no Programa de Compliance, solicitamos o fornecimento das informações e dos documentos requeridos no Questionário de Due Diligence de Integridade.

As informações e documentos fornecidos serão avaliados pela equipe de Compliance do Sistema FIETO e serão considerados confidenciais, sendo a sua divulgação prevista somente em casos de solicitação de autoridades competentes.

Em caso de dúvidas ou para obtenção de maiores informações, favor entrar em contato com a equipe de Compliance através do e-mail: compliance@sistemafieto.com.br

1. PERFIL DA EMPRESA

1.1. Informações Cadastrais

CNPJ:

Porte da Empresa:

RAZÃO SOCIAL:

Razão Social Anterior:



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

1.1.1. Endereço da sede, de suas filiais e escritórios de representação em território nacional e no exterior, se houver.		
1.1.2. Ramo de Atividade:		
1.1.3. Porte da Empresa:		
1.1.4. Número de Empregados:		
1.2. Forneça o nome, cargo e o percentual de participação (quando aplicável) de seus proprietários, sócios controladores, conselheiros e diretores.		
1.3. Forneça o percentual de participação societária da sua empresa em outras pessoas jurídicas na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada.		
1.4. Forneça o CNPJ, a razão social, o nome fantasia e o endereço das pessoas jurídicas com as quais a sua empresa esteja envolvida na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada.		
1.5. A sua empresa ou sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas estão localizadas ou realizam operações comerciais nos locais a seguir: Angola, Argentina, Bolívia, China, Colômbia, Gabão, México, Nigéria, Paraguai, Tanzânia, Venezuela, Ilhas Cayman, Cingapura, Mônaco, Panamá, Ilhas Virgens Britânicas	Sim ()	Não ()



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

1.6. A sua empresa é membro de alguma iniciativa nacional ou internacional de combate à corrupção?	Sim ()	Não ()
1.6.1. Caso afirmativo, informar a iniciativa.		
2. RELACIONAMENTO COM AGENTES PÚBLICOS		
2.1. Algum integrante da Alta Administração ou seus familiares ocupa ou é candidato a cargo eletivo ou Cargo de Confiança na administração pública?	Sim ()	Não ()
2.1.1. Se afirmativo, forneça detalhes (nome do indivíduo, grau de parentesco, nome do órgão/entidade, cargo exercido, período em que ocupa ou ocupou o cargo).		
2.1.2. Algum integrante da Alta Administração ou seus familiares mantém negócios pessoais ou relacionamento próximo com algum agente público?	Sim ()	Não ()
2.1.3. Se afirmativo, forneça detalhes (nome do indivíduo, grau de parentesco, nome do órgão/entidade do agente público, cargo exercido).		
2.1.4. Algum integrante da Alta Administração é familiar de algum empregado de órgão público, que ocupe função gerencial ou de algum membro da Diretoria Executiva ou Conselho de Administração do órgão público?	Sim ()	Não ()
2.1.4.1. Se afirmativo, forneça detalhes (nome e cargo do representante da sua empresa, grau de parentesco ou afinidade, nome e função do empregado do órgão público ou do membro dos órgãos da alta administração de órgão público).		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

3. HISTÓRICO		
3.1. Algum integrante da Alta Administração da sua empresa já foi preso, acusado, investigado, processado ou condenado por fraude ou corrupção nos últimos 10 anos?	Sim ()	Não ()
3.1.1. Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.		
3.2. A sua empresa, suas controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas já foram acusadas, investigadas, processadas ou condenadas por fraude ou corrupção nos últimos 10 anos?	Sim ()	Não ()
3.2.1. Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.		
3.3. Algum integrante da Alta Administração, empregado, agente ou terceiro representando a sua empresa já entregou, ofertou, autorizou, acordou ou prometeu qualquer tipo de pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para angariar ou manter negócios, ou mesmo obter qualquer vantagem comercial, nos últimos 10 anos?	Sim ()	Não ()



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

3.3.1. Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.		
3.4. A sua empresa, alguma controladora, controlada, coligada ou consorciada, esteve submetida à investigação ou avaliação externa relacionada à fraude e/ou corrupção por algum órgão ou agência, nacional ou internacional (CGU, TCU, CVM etc.) nos últimos 10 anos?	Sim ()	Não ()
3.4.1. Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.		
3.4.2. Se negativo, anexar a emissão de certidões negativas correcionais da Controladoria Geral da União (CGU), disponível pelo endereço https://certidoes.cgu.gov.br/ .		
4. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA		
4.1. A empresa possui um Código de Conduta Ética que: <ul style="list-style-type: none">• Declare os valores da companhia, princípios de ética e integridade;• Defina condutas permitidas e proibidas;• Proíba a fraude e corrupção;• Preveja medidas disciplinares para o descumprimento de normas;• Conte com concordância e atesto periódico dos funcionários;• Seja revisado e atualizado periodicamente.	Sim ()	Não ()



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

Caso a empresa não atenda a um dos critérios acima, marcar opção NÃO.		
4.1.1. Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.		
4.2. A empresa possui programa de treinamento periódico com o objetivo de disseminar a conduta ética e os procedimentos internos de combate à fraude e à corrupção?	Sim ()	Não ()
5. PROGRAMA DE INTEGRIDADE		
5.1. A sua empresa conhece a legislação anticorrupção a qual está sujeita?	Sim ()	Não ()
5.1.1. Se afirmativo, informar a quais leis anticorrupção a sua empresa está sujeita.		
5.2. A sua empresa possui um programa de Integridade estruturado com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira?	Sim ()	Não ()
5.2.1. Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos que podem ser encontrados no seu website.		
5.3. A sua empresa possui normativos internos que determinem a proibição ou restrição de qualquer tipo de pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para obter ou manter negócios ou qualquer vantagem comercial?	Sim ()	Não ()
5.3.1. Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.		
5.4. A sua empresa possui normativos internos que determinem a proibição ou restrição, quanto ao oferecimento de presentes,	Sim ()	Não ()



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

brindes e hospitalidade a agentes públicos, clientes e parceiros comerciais?		
<i>5.4.1. Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.</i>		
5.5. A sua empresa possui normativos internos que disponham sobre doação e/ou contribuição a instituições de caridade, programas sociais ou a partidos políticos?	Sim ()	Não ()
<i>5.5.1. Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.</i>		
5.6. A sua empresa disponibiliza canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a todos os empregados próprios e/ou terceirizados, e mecanismos destinados à proteção de denunciantes?	Sim ()	Não ()
<i>5.6.1. Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.</i>		
5.7. A sua empresa promove treinamentos periódicos sobre o seu programa de integridade, destinados a Alta Administração e todos os empregados próprios e/ou terceirizados, e quando aplicável, a fornecedores?	Sim ()	Não ()
<i>5.7.1. Se afirmativo, forneça detalhes e evidências documentais que comprovem a realização e a audiência dos referidos treinamentos.</i>		
5.8 A sua empresa possui normativos internos de Due Diligence para a avaliação da reputação, idoneidade e das práticas de combate à corrupção de terceiros, tais como, fornecedores, distribuidores, agentes, consultores, representantes comerciais e/ou parceiros operacionais?	Sim ()	Não ()



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

5.8.1 <i>Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.</i>		
5.9 A sua empresa possui mecanismos de investigação de indícios de fraude e/ou corrupção e de aplicação de sanções?	Sim ()	Não ()
5.9.1 <i>Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.</i>		
5.10A sua empresa possui normativos internos que disponham sobre o monitoramento da efetividade e da eficiência do programa de integridade anticorrupção da sua empresa?	Sim ()	Não ()
5.10.1. <i>Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.</i>		
6 RELACIONAMENTO COM TERCEIROS		
6.1. A sua empresa utiliza os serviços de terceiros, tais como agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de angariar novos negócios localmente ou em outros países?	Sim ()	Não ()
6.1.1. <i>Se afirmativo, informar o nome e/ou razão social dos agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas.</i>		
6.2. A sua empresa divulga o seu programa de integridade aos seus fornecedores, distribuidores, representantes comerciais, intermediários e/ou outros tipos de parceiros de negócios?	Sim ()	Não ()
6.3. A sua empresa solicita que seus fornecedores, distribuidores, representantes comerciais, intermediários e/ou outros tipos de parceiros de negócios declarem pleno conhecimento sobre os principais aspectos do seu programa de integridade?	Sim ()	Não ()



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

6.3.1. <i>Se afirmativo, informar o nome e/ou razão social dos agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas.</i>		
6.4. Nos contratos firmados com fornecedores, distribuidores, representantes comerciais intermediários e outros parceiros de negócios, há previsão de cláusulas que os obrigue a respeitar o seu programa de integridade, e os códigos de conduta da sua empresa?	Sim ()	Não ()
6.4.1. <i>Se afirmativo, informar o nome e/ou razão social dos agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas.</i>		
6.5. Os contratos firmados entre a sua empresa e fornecedores, distribuidores, representantes comerciais intermediários e outros parceiros de negócios possuem cláusulas que os obriguem a manter conformidade com as leis anticorrupção aplicáveis e vigentes?	Sim ()	Não ()
6.5.1. <i>Se afirmativo, informar o nome e/ou razão social dos agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas.</i>		



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ANEXO VII

TERMO DE COMPROMISSO DE TERCEIROS

Por este instrumento particular, eu, [nome do representante da empresa], inscrito no CPF/MF sob o nº [nº do CPF do terceiro], que neste ato represento a [razão social da empresa], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [nº do CNPJ do terceiro], comprometo-me a cumprir integralmente as disposições das Políticas de Due Diligence de Integridade, do Código de Ética do Sistema FIETO e Política de Consequências, da qual tomei conhecimento neste ato por meio da disponibilização no link: <http://sistemafieto.com.br/compliance/>, declarando, ainda, estar ciente de que a fiel observância deste instrumento é fundamental para a condução das atividades inerentes de maneira ética e responsável, constituindo falta grave, passível de imposição de penalidade, qualquer infração ao disposto neste instrumento.

Local, data.

(Assinatura)

Nome Completo:

CPF/MF Nº: